

OS VALORES NO PATRIMÔNIO CULTURAL: reflexão sobre a *Tava*/Sítio Histórico de São Miguel (RS)

Ana Luisa Jeanty de **Seixas**¹

Eber Pires **Marzulo**²

Introdução

O reconhecimento da “*Tava* – Lugar de referência para o povo *Guarani*”³, localizada no lugar também identificado como Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, indica outra perspectiva sobre o patrimônio cultural. Esse reconhecimento de significados e de valores atribuídos aos *Guarani* a esse lugar já identificado e patrimonializado pela sua dimensão material como “Povo de São Miguel: remanescentes e ruínas da Igreja de São Miguel”⁴, aponta uma revisão de conceitos, ideias e narrativas, fruto de ampliações no campo patrimonial brasileiro ocorrido de maneira oficial a partir dos anos 2000, com a instituição do registro de bens culturais de natureza imaterial. O patrimônio antes valorizado pelo viés da monumentalidade e da excepcionalidade, de bens de “pedra e cal”⁵, passa a apresentar um outro valor atribuído, no caso não apenas as ruínas de uma redução jesuítica *Guarani* no contexto colonial de expansão territorial e evangelização, mas também como lugar de valor transcendental aos povos originários *Guarani*, um lugar onde viveram os seus antepassados e a partir da qual eles narram a sua história.

Na região de Missões, no noroeste gaúcho, estão os chamados “Sete Povos das Missões”⁶, que faziam parte dos Trinta Povos localizados em território atualmente

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Email: analuisaseixas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0194-4789>

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Email: eber.marzulo@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5965-4891>

³ Neste trabalho a grafia seguirá o “Dossiê de Registro da Tava” (IPHAN, 2014a) que destaca que as palavras em *Guarani-Mbyá* estão escritas em itálico.

⁴ A nomenclatura “Povo de São Miguel: remanescentes e ruínas da Igreja de São Miguel” é a que consta no Livro do Tombo (<http://portal.iphan.gov.br/ans/>) e destaca o valor material, discussão que será detalhada mais adiante. Atualmente o termo mais utilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para esse lugar é “Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo”; “Ruínas de São Miguel” (<http://portal.iphan.gov.br>) ou mais recentemente “Tava”.

⁵ A expressão “pedra e cal” é utilizada no campo patrimonial para indicar uma primeira fase da patrimonialização no Brasil, em que o foco eram as edificações luso-brasileiras e coloniais. O tema será aprofundado na terceira parte desse artigo.

⁶ No atual Brasil estão localizados os Sete Povos das Missões - São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio.

brasileiro, argentino e paraguaio. Essa região, a antiga Província Jesuítica Paraguai, território originalmente *Guarani*, foi ocupada nos séculos XVI e XVII pelas missões evangelizadoras jesuíticas, originando reduções/povoamentos criados para a evangelização e a posse do território através de uma ocupação sistematizada, as chamadas “Missões Jesuítica dos *Guarani*”⁷, como ficou conhecido o conjunto dessas reduções. Com as guerras guaranílicas e a expulsão dos jesuítas em 1767, o território entraria em declínio e permaneceria abandonado desse tipo de ocupação até a chegada dos imigrantes europeus, principalmente no final do século XIX e início do século XX (Seixas e Marzulo, 2020).

O Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo/*Tava*⁸ apresenta diferentes processos de valorização patrimonial há mais de um século, desde a declaração de “lugar histórico” em 1922 até o reconhecimento da *Tava* em 2014 (âmbito nacional) e 2018 (Mercosul) – tombamento nacional, declaração como patrimônio mundial, registro como patrimônio imaterial brasileiro ao patrimônio cultural do Mercosul. O esforço aqui será analisar a constituição dos valores e o contexto de reconhecimento do bem *Tava*, desde como este é descrito, em perspectiva crítica visando tensionar as informações estabelecidas, a partir do entendimento que as visões e ações sobre o patrimônio vêm sendo alteradas, passando de valor monumental excepcional das ruínas à valor imaterial do lugar para os povos originários protagonistas de outra relevância ao patrimônio.

A reflexão sobre o que é patrimônio, no sentido de se estabelecer para quê, para quem e por quem foi identificado, valorizado e definido se torna cada vez mais pertinente, na medida em que se reconhece a relevância constitutiva nas culturas nacionais de povos originários, em particular indígenas. Trata-se de um processo no qual valores são definidos como importantes em termos contextuais e, portanto, considerados como manifestação social a ser mantida, preservada e perpetuada, derivada e constitutiva de relações de poder. Disputa pela narrativa a ser transmitida, enquanto outras são deslocadas para um segundo plano ou apagadas, estabelecendo uma hierarquização entre protagonistas e coadjuvantes de uma história, de uma memória e de um patrimônio. José Reginaldo Gonçalves (2002:33), entre outros autores, instiga a perguntar sobre o que é o patrimônio e quem o define: “quem tem autoridade para dizer o que é ou não patrimônio cultural? Quem tem autoridade para preservá-lo? Como essa autoridade é culturalmente

⁷ Essa nomenclatura é utilizada pelo IPHAN e pela Unesco.

⁸ Optou-se por utilizar primeiro o nome de “Sítio” e depois “Tava” considerando a ordem cronológica da valorização desse bem: A dimensão material é reconhecida desde 1938 e a imaterial desde 2014.

construída?”. Existe uma opção e uma seleção do que esquecer e lembrar. Manuel Ferreira Lima Filho e Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (2007:34) indicam que “a ideia de seleção, de construção de um acervo digno de ser memorializado em oposição a um outro conjunto de bens culturais que devem ser relegados ao esquecimento” fazem parte do processo de patrimonialização. E os autores acrescentam que “as políticas de memória são o resultado de dinâmicas deliberadas de lembranças e esquecimentos.” (2007:39).

Além da discussão antropológica da questão patrimonial (Gonçalves, 2002, 2007; Lima Filho e Abreu, 2007; Rocha e Eckert, 2007; Velho, 2007;), a virada epistêmico-ontológica decolonial (Mignolo, 2013; Cusicanqui, 2015; Lao- Montes, 2018), do perspectivismo ameríndio (Viveiros de Castro, 2018) e antirracista (Mbembe 2018; Kilomba, 2019; Gonzalez, 2020) surge como horizonte de fundo para sustentar a abordagem reflexivo-analítica. Além da ampliação do conceito de patrimônio ou, no limite, sua mudança de sentido através da análise crítica de contextos e narrativas pré-definidas, se pode analisar os valores estabelecidos para indicar novos e, conseqüentemente, apontar outra possibilidade para a seleção e patrimônio.

Monumentos, edificações, objetos, heróis e personagens históricos, discursos e narrativas, são retomados e analisados criticamente, valores e significados já atribuídos passam a ser questionados e ressignificados e novas abordagens são necessárias. A seleção de patrimônio indica paradigma e valores recorrentes em uma época, em um contexto. Analisar esses valores incorporando novas narrativas, ou analisando o “mesmo patrimônio” sob outra abordagem, indica esse dinamismo e o caráter mutável necessário ao campo patrimonial. Logo, o horizonte de virada epistêmico-ontológica não remete apenas a uma outra abordagem dos patrimônios estabelecidos, mas mais além um entendimento que a relevância patrimonial deriva de disputas do presente, tal qual a história. Tal perspectiva de abordagem é necessariamente inovadora, pois a ideia de patrimônio em geral está associada a uma concepção da história como um absoluto que pressupõe a imutabilidade do historicamente estabelecido.

Ao analisar as mudanças sobre o que é considerado patrimônio ao longo do tempo se identifica o contexto e os valores relacionados e, assim, pode-se tensionar ideias estabelecidas buscando entender e estender o campo patrimonial o tornando socialmente mais relevante. Assim, se as mudanças de paradigmas implicam possíveis alterações nas valorizações patrimoniais, a própria ideia de alteração do valor patrimonial implica em mudança paradigmática em relação ao significado de patrimônio.

No presente artigo⁹ se propõe uma abordagem sobre a atribuição de valores no campo patrimonial e suas alterações, em particular no que remete à incorporação de novos atores e narrativas. O artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta Introdução (1); seguida de “Um ‘novo’ valor atribuído – a *Tava*” (2) na qual se apresenta a *Tava* e sua valorização como patrimônio imaterial brasileiro em 2014 e em 2018 pelo Mercosul, indicando-se a importância desse patrimônio e sua dimensão imaterial, destacando os valores atribuídos¹⁰ pelos *Guarani*, principais atores desse processo de patrimonialização desse lugar. Na seção (3), intitulado “Os valores missioneiros – de ‘lugar de referência’ a ‘lugar histórico’”, aborda-se os diferentes valores atribuídos ao bem, partindo-se do reconhecimento imaterial com o protagonismo indígena até o primeiro processo da valorização como “lugar histórico”, em 1922, pelo governo do Estado. Nessa seção, indica-se também não apenas os processos de patrimonialização em si mas também as principais ações e políticas de preservação, demonstrando as ações práticas não apenas documentais que envolvem a atribuição de valor patrimonial. Por fim, na seção (4) “Do monumento à referência cultural: os valores atribuídos na trajetória brasileira”, apresenta-se de maneira crítica a trajetória da preservação no Brasil e como vêm sendo incorporada uma ampliação sobre a ideia de patrimônio cultural, tensionando narrativas consagradas e de viés eurocêntrico colonial para inclusão e valorização de novas abordagens.

Como conclusão, nas Considerações finais, propõe-se de maneira exploratória reflexões que indicam incidências das viradas epistemológicas contemporâneas, em particular as viradas decolonial, do perspectivismo ameríndio e antirracista, para o entendimento do campo patrimonial, apresentando e tensionando como o patrimônio e a valorização de certos bens culturais estão relacionados diretamente à formação da memória e das identidades brasileiras, a partir da década de 1930.

⁹ As ideias presentes nesse artigo fazem parte de reflexões que estão sendo realizadas para a elaboração da tese de doutorado a ser submetida em setembro de 2022 ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS.

¹⁰ Nesse artigo será utilizado o material produzido pelos *Guarani* para o Dossiê de Registro da *Tava*, além de outros materiais identificados a partir desse Dossiê. Não se trata de um artigo sobre a cultura *Guarani*, o que demandaria outro foco e abordagem metodológica diferente. A intenção é discutir, a partir do material disponibilizado pelos *Guarani* envolvidos no processo de registro da *Tava*, os valores atribuídos a esse lugar.

Um “novo” valor atribuído - A Tava

Respondendo a uma demanda de lideranças *Guarani*, o lugar identificado como Sítio de São Miguel Arcanjo foi reconhecido¹¹ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN¹², em 2014 como “*Tava* – lugar de referência do povo *Guarani*”, Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro. Para a comunidade *Guarani-Mbyá* trata-se de um lugar fundante, como destaca a liderança indígena Adolfo Werá:

Esse lugar foi feito pelos nossos ancestrais. É um lugar de reza, para ficarmos fortes, para termos coragem. Nós estamos aqui lutando, nesse sítio, nosso lugar. Nossos ancestrais nos mandam rezar. Por isso trago meu neto para conhecer esse lugar. Esse lugar é verdadeiro para nós. Aqui nós lembramos dos nossos ancestrais. (IPHAN, 2014a :35)

A cineasta indígena Patrícia Ferreira Pará Yxapy, uma das responsáveis pela produção audiovisual *Guarani* que serve de base para o registro da *Tava*, destaca a importância do lugar dentro da cultura na perspectiva passado e presente:

É um lugar importante para a gente não somente por ter sido construído pelos jesuítas e com os *Guarani* mas também é um lugar sagrado, um lugar onde sempre estiveram os *Guarani* principalmente a gente é conhecido como o povo que caminha, o povo que transita o tempo inteiro então essa caminhada a gente veio fazendo continuamente até hoje.¹³ (Pará Yxapy, 2021)

A partir da *Tava*, a comunidade *Guarani* descreve também, o período histórico das Missões, indicando a diferença existente dentro da própria comunidade no passado e no presente, mas que não invalida nenhuma interpretação, pelo contrário, complementa.

(...) Existiam dois entendimentos sobre o mesmo tema, duas coisas, uma era as pessoas que defendiam que aquele sítio era sagrado, os jesuítas eram como semideuses, que na nossa cultura existe *Nhande Ru Miri* que eram pessoas como a gente e que meditavam e depois alcançaram a ‘terra sem males’ (...), então tinham pessoas mais velhas que defendiam isso, que os jesuítas poderiam ser *Nhande Ru Miri*. E tinham outras que discordavam com isso, os líderes, os mais velhos também ‘ah não, esses jesuítas destruíram a nossa cultura, eles proibiram a nossa fala, eles proibiram o nosso canto’. Então isso era uma coisa que a gente foi aprendendo, que tem duas opiniões sobre o mesmo tema e que as duas são válidas. E aí a gente foi entendendo como que as duas opiniões se encaixavam na história. Então realmente existia essa divisão na época dos jesuítas, tinham essas pessoas que aceitavam a catequização, aceitavam entre aspas, que ficavam na redução, e tinham pessoas que realmente fugiam para mata, que eram chamados de ‘infieis’ e os descendentes dessas pessoas que diziam que os jesuítas eram ruins, destruíram a nossa cultura e essas coisas e os que ficavam defendiam que os jesuítas eram *Nhande Ru Miri*. (Pará Yxapy, 2021)

¹¹ O instrumento de preservação utilizado para o patrimônio imaterial é o “registro”, enquanto para o patrimônio material trata-se de “tombamento”.

¹² Embora o Instituto tenha tido diferentes nomenclaturas ao longo dos anos, optou-se pela utilização da nomenclatura atual – IPHAN, para indicar o órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

¹³ Transcrição feita pela autora do artigo da fala realizada por Patrícia Ferreira Pará Yxapy na 3ª edição de 2021 do projeto “Um Dedo de Prosa”, em 29 de abr. de 2021, promovido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN) (<https://www.youtube.com/watch?v=KxjCeiwFLFo>). Por uma questão formal, foram feitos pequenos ajustes ortográficos e gramaticais no processo da transcrição sem, entretanto, comprometer o sentido.

Para a comunidade *Guarani*, a *Tava* trata-se de “onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra, nas quais deixaram suas marcas, ou melhor, parte de suas corporalidades; (..) e onde é possível vivenciar o bom modo de ser *Guarani-Mbyá*.” (IPHAN,2014a:1). A *Tava* seria mais do que um lugar, pois é parte da sua existência, onde viveram seus antepassados, onde articulam sua cosmologia e parte importante e formadora da sua identidade contemporânea.

Estar na *Tava* aciona dimensões estruturantes e afetivas na vida social e na memória dos *Guarani-Mbyá*, promovendo sentimentos de pertencimento e identidade, pois ali se encontra uma 'casa de pedra' que concretiza, de maneira paradigmática, a morada dos antigos, visível a todos, tanto aos grandes *karai* (homens e mulheres especiais, sábios, que dominam e proferem as 'belas palavras' ensinadas pelos criadores) quanto aos *jurua* (não-indígenas), e que evoca os ensinamentos fundamentais para se viver de acordo com os princípios éticos *Guarani-Mbyá*. Esse modo de viver permite tornar-se imortal e alcançar a chamada Terra sem Mal. (IPHAN, 2014a :2)

Parte da cosmologia¹⁴ *Guarani* “as ‘casas de pedra’ (*tava*) são locais ideais onde é possível realizar os exercícios que garantem a transcendência da condição humana.” (IPHAN, 2014a: 28). É um lugar em que a relação tempo – espaço adquire um significado diferente na medida em que “são lugares que já tiveram a presença de imortais, isto é, dos primeiros *Mbyá*, que se encantaram e hoje moram na Terra sem Mal.” (IPHAN, 2014a :27). Existem diferentes *Tavas* na cosmologia *Guarani*, sendo associadas a marcas e sinais deixados pelos antepassados para a comunidade presente.

as *Tava* (casas de pedra) abrangem outros elementos como acidentes geográficos, relevos, cachoeiras, ilhas, que são marcas também deixadas pelos *Nhande Ru Miri* e não são visíveis aos brancos e aos *Mbyá*, que não são *Karai*. (IPHAN, 2014a : 32)

Entre todas as diferentes *Tavas*, a de São Miguel Arcanjo se diferencia das demais, pois “a partir da *Tava* em São Miguel Arcanjo é possível se encantar e encontrar o caminho para a Terra sem Mal” (IPHAN, 2014a: 32), sendo que “A *Tava* em São Miguel Arcanjo é singular, exatamente por estar visível a todos, inclusive aos *jurua*.” (IPHAN, 2019a: 31). Segundo Ariel Ortega, liderança e cineasta indígena, para alguns *Guarani*, “as *tava* terrenas relacionam-se com as imagens das *tava miri*, existentes nas moradas de *Nhande Ru Miri* e como imitações, são percebíveis.” (IPHAN, 2019: 101-102.)

Dentro dessa cosmologia, a relação “passado–presente” associada à *Tava* indica um entendimento diferente do ocidental/europeu cuja temporalidade é linear e se desloca inexoravelmente para frente¹⁵. Segundo o indicado pelos *Guarani* na documentação da *Tava*, o passado e o presente estão intimamente ligados:

¹⁴ O Dossiê de Registro da *Tava* (2014a), realizado por técnicos e pesquisadores do IPHAN aprofunda a questão da *Tava*, do seu sentido e valores cosmológicos à essa comunidade. Nesse artigo, estão destacados apenas alguns pontos dessa reflexão.

¹⁵ Regina Abreu (2007) destaca as diferentes concepções de tempo e sua relação com a memória: “o tempo é representado como o resultado de uma espessura e de uma densidade espaciais, um tempo de eterno retorno, ou tempo cíclico, relacionado à observação dos fenômenos da natureza, de modo que se privilegiam fases sucessivas e regulares” (Abreu, 2007: 264).

Para os *Guarani-Mbyá*, o valor das ruínas é vivenciado no presente e, ao mesmo tempo, referenciado no tempo vivido pelos ‘primeiros *Mbyá*’. Eles se referem a elas como *Tava* (casa de pedra). (...) a importância de uma *Tava* está no fato de conter os corpos de seus antepassados, os quais se transformaram em imortais, e, por isso, ser o local ideal para se aprimorar a condição humana até ser possível a metamorfose em imortal. Além disso, por meio da *Tava*, os *Mbyá* interpretam o evento histórico – as Missões – o qual foi incorporado aos relatos *Mbyá* e reelaborado segundo a lógica de sua cosmologia. Tais sentidos dados à *Tava* permitem acionar sentimentos de pertencimento e identidade. (IPHAN 2014a: 7)

O povo *Guarani* migrou há mais de 2000 anos para a costa atlântica e a região dos rios Paraguai e da Prata, vindos da região da Bacia Amazônica. No contexto colonial de conquistas por parte das coroas portuguesa e espanhola na região do Rio da Prata, a partir do século XVI esse território ocupado originalmente pelos indígenas passa por um importante processo de ocupação e evangelização com as missões jesuíticas. Após o declínio do sistema missionário¹⁶, a partir das guerras guaranílicas e a saída dos jesuítas da região (1768), esse território passou por um período de abandono desse tipo de ocupação e ao longo do século XIX e, principalmente, ao longo do Séc. XX inicia-se um processo de imigração na região (Seixas e Garcia, 2020). A comunidade *Guarani*, entretanto, permaneceu no território tradicional, apesar da sua presença não ser observada e valorizada, descrita como uma presença¹⁷ “invisível e silenciosa”, embora existissem acampamentos efêmeros e transitórios (IPHAN, 2014a).

Cabe aqui destacar a mudança de discurso do IPHAN, que atualmente reconhece a presença sempre existente dessa população, mas que na década de 1990 indicava que a região foi abandonada no período compreendido após as guerras guaranílicas e a chegada dos imigrantes europeus em 1824. Segundo o material “Uma história de 300 anos - Missões”, produzido pela Comissão Missões, Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Nacional pró-Memória e 10ª Diretoria Regional/SPHAN, em 1990 “o abandono da região dos Sete Povos foi quase total. Quando os primeiros imigrantes europeus chegaram, a partir de 1824, os guaranis já eram bem poucos.” (Comissão Missões, 1990:13). Essa mudança de discurso no qual atualmente o IPHAN não apenas identifica a presença *Guarani* como a valoriza, demonstra um “repensar” a história sob nova abordagem da própria Instituição e de seus técnicos.

Após o final da guerra guaranílica apenas nos anos de 1940 constata-se a presença de um grupo *Guarani* de maneira mais efetiva, com a construção de uma aldeia na Mata São Lourenço, na região entre São Miguel das Missões e São Lourenço (IPHAN, 2014a), sendo que somente na década de 1990, se tem informações sobre a presença de população *Guarani-Mbyá* nas imediações do Sítio de São Miguel, junto à chamada Fonte

¹⁶ Por “Sistema Missionário” se entende o processo compreendido entre os séculos XVI e XVII, com a fundação dos 30 povos das Missões para evangelização e ocupação territorial, que entra em decadência após as guerras guaranílicas e a saída dos jesuítas em 1768.

¹⁷ A temática da invisibilidade *Guarani*, apontada no Dossiê da *Tava* (IPHAN, 2014a), não será aprofundada analisada aqui, mas se faz importante destacar o fato dentro da temática de valorização de narrativas e de patrimonialização.

Missioneira, originando um movimento que culminou na demarcação, no ano de 1996, da reserva indígena do *Inhacapetum*, onde foi construída a *Tekoa Koenju* (Aldeia Alvorecer). Ainda em 1996, há a permissão por parte do IPHAN para que os *Guarani* pernoitem no Sítio de São Miguel/*Tava* onde vendem artesanato, passando a ocupar uma casa já existente. O chamado “retorno dos *Guarani* às Missões” é marcado pelo nascimento da indígena Miguelina Romeo na região e indica a volta oficial, no mesmo ano de 1996 (IPHAN, 2014a: 6). Em virtude da distância de 27 quilômetros entre a reserva indígena e a sede do município onde localiza-se o Sítio/*Tava*, em 2005, foi construída uma Casa de Passagem que permite aos indígenas a estadia na cidade. Trata-se de um local construído especificamente para os *Guarani* dentro do Sítio/*Tava*, ou seja, demarcando e oficializando de maneira mais incisiva o lugar dentro desse espaço patrimonializado.

Esse novo contexto levou a questionamentos e reflexões por parte da comunidade e das autoridades sobre a relação entre essa comunidade *Guarani-Mbyá* presente com os indígenas do período missioneiro. Debate que leva a aplicação entre 2004 e 2008 do Inventário Nacional de Referências Culturais – o INRC¹⁸, junto ao povo *Guarani-Mbyá* de São Miguel das Missões, que “possibilitou a identificação de práticas e saberes considerados pelos *Guarani-Mbyá* como fundamentais para experienciarem seu *nhande rekó* (o bom modo de viver), muitos dos quais não são vivenciados como deveriam, em razão do acesso limitado às matas e à terra.” (IPHAN, 2014a:7).

Dentro desse contexto do INRC, foram realizadas oficinas de formação audiovisual, contratadas pelo IPHAN juntamente com a Organização Não Governamental “Vídeo nas Aldeias”, que resultaram na capacitação de jovens *Guarani*. Essa ação permitiu que os próprios jovens *Guarani* conversassem, registrassem e conhecessem a sua cultura, como relata Pará Yxapy, uma das cineastas:

Eu principalmente na época era mais jovem e não tinha entendido muito bem o que se passava por esse Sítio, (...) eu não compreendia o meu sentimento por essa *Tava*. Com esse trabalho a gente foi desenvolvendo e aprendendo outras coisas que não tinha percebido. (Pará Yxapy, 2021)

Observa-se que ao repensar o patrimônio já consolidado do Sítio, desde abordagem que busca se aproximar do sentido dado pelos *Guarani*, emerge outro valor, pois não se trata de ruínas, e sim de vida; não se refere ao passado, mas a outros tempos

¹⁸ Segundo Lima Filho e Abreu (2007: 36), esse instrumento que subsidia ações de registro e permite realizar um recenseamento amplo das manifestações culturais no país, possuiu contribuições do projeto piloto desenvolvido por Antonio Augusto Arantes no sul da Bahia.

e a outras dimensões; não é apenas um patrimônio de “pedra e cal”, mas uma referência cultural.

Os valores missioneiros – de “lugar de referência” a “lugar histórico”

O processo para o reconhecimento da *Tava* iniciou em 2004 (IPHAN, 2014b: 298v) quando ocorre o INRC junto às comunidades *Mbyá Guarani*, visando entender, entre outros aspectos, a presença *Guarani-Mbyá* no Sítio de São Miguel Arcanjo:

A presença diária dos *Guarani-Mbyá*, sentados no alpendre do museu para venda de seu artesanato, ou circulando silenciosos pelo sítio, constituía-se numa situação paradoxal para o IPHAN, pois não apenas a exposição do Museu das Missões, mas todo o tratamento dispensado aos sítios missioneiros patrimonializados pouco se referiam aos indígenas (IPHAN, 2014a: 4)

Pensar o patrimônio além do viés material e com outra abordagem era uma demanda urgente e que exigia a participação daqueles que, por muitas vezes, foram deixados à margem, como os indígenas. Assim, nos anos seguintes, em 2006 e 2007 acontecem encontros “Patrimônio Cultural e Povos Indígenas” no qual participaram inúmeras lideranças indígenas de diferentes comunidades localizadas no Brasil, Argentina e Paraguai. Um dos resultados desse encontro foi a solicitação da abertura do processo de Registro, que resultou em 2014¹⁹ no reconhecimento como *Tava*, Lugar de Referência, cujo foco são os significados e valores atribuídos pelos *Guarani* ao Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, valores até então não contemplados, pois diferem daqueles identificados na dimensão material do bem - “os valores que motivaram o tombamento não abarcavam a importância que ele tem como referência cosmológica para esse povo indígena” (IPHAN, 2014b: 298V)

Voltemos há cerca de um século para entendermos sinteticamente o processo de valorização dessa região, através da atribuição de valores ao bem, iniciada quando técnicos da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul fazem menção na década de 1920 a esse “lugar histórico” em seus relatórios. Nesse momento ocorre, de maneira institucionalizada, o início do processo de valorização da região das Missões, sendo destacado por Ana Lúcia Meira (2008), o pioneirismo do Rio Grande do Sul na preservação de bens culturais presente no Regulamento de Terras de 1922, que estabelece no seu Artigo nº 24 no capítulo denominado “Lugar Histórico” que serão “mantidos no

¹⁹ Nesse mesmo ano ocorre o título de Referência Cultural Brasileira, que é concedido à língua denominada *Guarani Mbya*, resultado do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Embora não seja o foco desse artigo, que trata de diferentes valores atribuídos a um patrimônio, é importante ressaltar tendo em vista o contexto de valorização de outros atores sociais.

domínio público ou trazidos para este e devidamente conservados, os lugares notabilizados por fatos assinalados da evolução do Estado”. O Regulamento fazia, também, referência direta às Ruínas de São Miguel Arcanjo, com a distinção de “Lugar Histórico” e como “notável”. Meira (2019) destaca também que o relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado de 1924 indica a necessidade de destinar recursos para a “reparação dessas ‘reliquias históricas’, equiparando as ruínas a um objeto de culto” (Meira, 2019:143), além da utilização do termo “obra majestosa”. Diferentes ações são realizadas²⁰, visando sempre “o respeito à memória nacional”, identificando o bem como “de respeitável feitura” e “testemunho da pré-história do Rio Grande” (Meira, 2019: 144). Nesse momento em que há uma valorização estadual, embora já indique o entendimento de uma abrangência e importância para além da região, observa-se que os valores atribuídos se relacionam com a dimensão histórica, como parte formadora da memória nacional, e o de monumentalidade e de belas artes, ao mesmo tempo como um bem a ser cultuado.

No contexto nacional, a valorização da região das Missões, de maneira especial do Sítio de São Miguel Arcanjo, relaciona-se diretamente com o processo da preservação do patrimônio nacional e do IPHAN. Dentro da fase inicial da preservação brasileira em que o foco era conhecer e valorizar a “identidade nacional”, o “patrimônio brasileiro”, a história das Missões e os seus bens representavam e auxiliavam na construção dessa narrativa identitária nacional. Em 1937, mesmo ano de criação do IPHAN, a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade²¹, o arquiteto Lúcio Costa vai às Missões para verificar os remanescentes das Missões Jesuíticas dos *Guarani*, a qual resulta em um relatório com recomendações sobre as ações de conservação das estruturas e a proposta da construção do Museu das Missões para abrigar as peças de arte sacra produzidas nas Reduções. A relevância da região missioneira é oficializada em âmbito nacional no ano seguinte, em 1938, quando o primeiro bem imóvel é tombado em nível federal no Rio Grande do Sul - uma casa construída com material reaproveitado das ruínas das reduções, no município de Entre-Ijuís²². Em maio do mesmo ano de 1938²³, ocorre o tombamento das Ruínas de

²⁰ Diferentes autores trabalharam com a questão das obras de intervenção no Sítio. Além de Ana Lúcia Meira, já citada, importante citar o trabalho de Luiz Antonio Bolcato Custódio, Vladimir Fernando Stello (2005) entre outros.

²¹ Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898 - 1969) advogado e jornalista, foi o primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atual IPHAN, e durante 30 anos dedicou-se à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

²² A casa acabou sendo demolida posteriormente e não há muitos registros sobre esse bem.

²³ Nesse mesmo ano, ocorre o tombamento de uma coleção de imagens missioneiras da igreja matriz de São Luiz Gonzaga

São Miguel Arcanjo como Patrimônio Nacional através da sua inscrição no Livro de Belas Artes, devido ao seu valor artístico, de excepcionalidade e monumentalidade. Esse bem é descrito²⁴, e, portanto, valorizado, através do contexto histórico das reduções, seu apogeu e seu declínio e, no caso específico do Sítio de São Miguel, com a descrição da Igreja dessa redução, destacando-se a monumentalidade da obra. Interessante notar o enfoque histórico, de conquista territorial e de evangelização, bem como o valor arquitetônico urbanístico do projeto, de maneira especial da Igreja. Meira (2019) destaca, ainda, a opção pela inscrição nesse livro específico²⁵, o de Belas Artes:

as ruínas do antigo Povo foram consideradas como documento. Objetos de arte também poderiam se constituir em documentos e serem inscritos no Livro-Tombo de Belas Artes (...). No caso de São Miguel Arcanjo, a intenção era proteger o testemunho intrínseco na poderosa imagem das ruínas, que, ironicamente, passaram de excluídas, nas primeiras décadas (por representarem a presença da Espanha em território brasileiro), à imagem mais consagrada de identificação do estado. (Meira, 2019:159)

A autora indica, dentro do contexto inicial de preservação, a preocupação em identificar as Ruínas de São Miguel com valor de Belas Artes, e não com o valor histórico nesse momento, visto que o processo histórico da região estava vinculado à Espanha (Missões foi território espanhol até a Guerra Guaranítica), o que poderia, talvez, ir contra à formação de uma identidade brasileira ligada às origens portuguesas. O valor atribuído, foi determinante para indicar qual a narrativa que estava sendo formulada.

Entre os anos de 1938 e 1940, foram realizados trabalhos de intervenção no bem. A importância do Sítio de São Miguel Arcanjo e das ruínas era tanta que “o doutor Rodrigo se referiu ao trabalho executado em São Miguel Arcanjo como a primeira grande intervenção executada pela Instituição²⁶ no Brasil” (Meira, 2019:146). O relatório citado do Arq. Lúcio Costa também indicava a necessidade de intervenções físicas nesse patrimônio, além da criação de “um abrigo” para guardar e expor o acervo de peças esculpidas (Meira, 2020; IPHAN, 2014a), que resultou, no ano de 1940, na criação do Museu das Missões com a finalidade principal de “reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais, fundados pela Companhia de Jesus naquela região do país” (IBRAM, 2021,s.p).

Dentro do contexto de ampliação de conceitos e valores sobre o patrimônio, ocorrido a partir da década de 1970 no Brasil, que será descrito posteriormente, ocorre o

²⁴ A descrição completa do bem encontra-se no site: <http://portal.iphan.gov.br/ans/>. Acessado em Outubro 2021.

²⁵ Como será aprofundado mais adiante, o patrimônio material é inscrito em um dos quatro livros do tomo, dependendo do valor que lhe é atribuído.

²⁶ Nota nossa: a Instituição aqui se refere ao IPHAN.

tombamento dos Sítios²⁷ de São João Batista (Município de Entre-Ijuis); São Lourenço Mártir (Município de São Luiz), e São Nicolau (Município de mesmo nome) – declarados como Patrimônio Nacional e inscritos no Livro Histórico. Observa-se aqui uma alteração (ou uma ampliação) do valor reconhecido - apesar de serem sítios “mais singelos” frente à monumentalidade das ruínas de São Miguel – eles fazem parte do processo histórico de ocupação territorial e de evangelização e, portanto, foram considerados bens importantes para o entendimento de Missões e para a identidade nacional.

Dentro dessa ampliação de conceitos, Meira (2020:73) destaca também aquela, até o momento, identificada como primeira referência documentada no estado sobre o patrimônio imaterial a “Carta cultural de São Miguel das Missões”, resultado de uma reunião do Conselho Estadual de Cultura realizada no Museu das Missões nos anos 1970. Segundo a autora, “a Carta expressa a necessidade de preservar “[...] tudo quanto se refira à cultura material e não material desta região brasileira, em especial do Estado do Rio Grande do Sul.” (Rio Grande do Sul, [1974?], p.1 *apud* Meira, 2020:73)”. Nota-se aqui já o início formalizado e documentado, de uma mudança na visão patrimonial desse bem, não apenas um olhar na dimensão material, mas também para a dimensão imaterial.

A década seguinte apresentou diferentes intervenções e processos de valorização no Sítio, focando na dimensão até então valorizada – a material, e reforçando esse discurso, conforme aponta o Dossiê da Tava (IPHAN, 2014a). É possível observar algumas ações e políticas²⁸ importantes realizadas, além dos trabalhos de conservação e consolidação das ruínas em andamento: a valorização da dimensão arqueológica²⁹; o Espetáculo Som e Luz (1979) e a exposição do Museu das Missões (década de 1980). Nesse mesmo contexto, em 1983, a UNESCO inscreveu na Lista do Patrimônio Mundial, juntamente com as ruínas de *San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María La Major* na Argentina, as ruínas de São Miguel Arcanjo. A inscrição como patrimônio mundial é feita destacando o excepcional valor universal, no critério IV, que

²⁷ Dos Sete Povos das Missões, povoados que se localizavam onde hoje atualmente é o Brasil, três deles tiveram seus vestígios cobertos pelas novas ocupações - São Francisco de Borja, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo e por isso não são consideradas como Sítios históricos, embora haja bens isolados protegidos nas esferas estadual e municipal.

²⁸ As políticas de preservação e as ações realizadas nos Sítios podem indicar quais os valores que são, naquele momento, mais destacados no bem. Esse artigo não pretende se aprofundar nessa temática, que está sendo desenvolvida na tese de doutorado em andamento, entretanto é importante destacar aqui algumas dessas ações citadas pelo Dossiê da Tava (IPHAN, 2014a) e/ou que tratem sobre a organização interna proposta pelo IPHAN, como no caso a criação do Parque Histórico Nacional das Missões – PHNM, que demonstra a intenção de valorização de outros bens no contexto missioneiro.

²⁹ A Lei de Arqueologia nº 3924 é de 26 de Julho de 1961 e dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos.

valoriza exemplares notáveis significativos para a história humana. Assim, esses bens são declarados pelo valor arquitetônico e por serem importantes exemplares da atuação da Companhia de Jesus nas terras sul-americanas. Trata-se “de um conjunto arquitetônico que ilustram um período significativo na história da Argentina e do Brasil. Eles são um testemunho vivo dos esforços de evangelização dos jesuítas na América do Sul”³⁰.

A declaração como Patrimônio Mundial estimula que o IPHAN, a partir de 1989, implante o Escritório Técnico das Missões e assim passe a atuar de maneira mais efetiva e constitua um trabalho de formação de artífices e técnicos para a conservação permanente dos quatro sítios missioneiros. A partir de 1996, conforme já indicado, inicia a incorporação oficial e o reconhecimento do valor atribuído aos *Guarani*, através instalação da *Tekoa* e da realização do INRC entre 2006 e 2008.

No ano de 2009, visando “preservar a memória histórica e os remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo; gerir os Sítios Históricos e Arqueológicos Missioneiros; e executar as diretrizes e ações técnico-administrativas emanadas da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul.” (IPHAN, 2012), é criado³¹ o Parque Histórico Nacional das Missões - PHNM, abrangendo os quatro sítios missioneiros de São Miguel Arcanjo, São Nicolau, São Lourenço Mártir e São João Batista. Assim, busca-se valorizar a individualidade de cada um dos quatro Sítios, mas dentro de um entendimento maior de relação entre eles, superando o entendimento da década de 1970. Observa-se, uma valorização da diversidade, da singularidade e da complementariedade que cada sítio possui, sendo destacada a especificidade de cada um durante o período missioneiro. Esses valores individuais e complementares são importantes não apenas para a identificação dos valores atribuídos e para o entendimento das reduções enquanto um sistema, mas também para as ações de preservação do patrimônio que passam a atuar de maneira diferente em cada sítio, tratando-os dentro de uma totalidade (Seixas e Hahn 2017).

Nesse mesmo ano de 2009 é realizado o Projeto de “Valorização do Mundo Cultural Guarani” parceria com o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH) e com recursos do IPHAN e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o

³⁰ Tradução nossa do texto: “The surviving remains of the Jesuit Missions of the Guaranis represent outstanding examples of a type of building and of an architectural ensemble that illustrate a significant period in the history of Argentina and Brazil. They are a living testament to Jesuit evangelization efforts in South America.” (<https://whc.unesco.org/en/list/275>)

³¹ Embora haja projeto de lei, o PHNM ainda não foi regulamentado.

Desenvolvimento (AECID), “comportando a realização de um Inventário Cultural ampliado com os *Guarani-Mbyá* e ações de salvaguarda que haviam sido recomendadas pelo ‘INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo’ (IPHAN, 2014: 9)

Em 2013, é lançado o “Projeto de Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guarani”, realizado pelo IPHAN com a cooperação da UNESCO. Com isso, o conceito de Paisagem Cultural, presente nas discussões do IPHAN oficialmente desde 2009, é pontuada e discutida de uma forma mais sistemática para a região das Missões.

Em 2014, ocorre o reconhecimento da “*Tava* – Lugar de referência para o povo *Guarani*” em âmbito nacional e o reconhecimento da Língua *Guarani Mbyá* como Referência Cultural Brasileira pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL. Extrapolando ainda mais a ideia e a abrangência do valor patrimonial das Missões, no ano de 2015, novamente acompanhando discussões internacionais sobre o tema e ampliando o entendimento das Missões para além do território brasileiro dos Sete Povos acontece o reconhecimento das Missões Jesuíticas Guaranis, Mochos e Chiquitos como Patrimônio do Mercosul, sendo enfatizada “em alguns aspectos essenciais, um bem patrimonial único, com elementos fortemente vinculados entre si, onde cada parte tem sua singularidade, que ajuda na compreensão e apreciação de um todo” e a “herança comum entre cinco países componentes do Mercosul”. Assim, são destacados os valores do bem a serem preservados “Valores etnográficos, históricos, paisagísticos, urbanísticos, arquitetônicos, artísticos e arqueológicos” (CRESPIAL, 2021:s.p.)

Em 2018, a narrativa *guarani* é destacada, com a declaração da *Tava* no âmbito do Mercosul³².

Ainda na região do Sítio de São Miguel Arcanjo, está localizada a *Tava*, Lugar de Referência para a memória e a identidade do povo Guarani. (...) A titulação significa o reconhecimento da presença ancestral deste povo no território Yvy Rupá, organizado em uma grande rede étnica, formada por aldeias, caminhos e locais sagrados que hoje integram o Brasil, a Argentina e o Paraguai (CRESPIAL, 2021, s.p.)

Esse último processo de patrimonialização atribuído à região indica o reconhecimento de um valor mais amplo, de identidade e de memória, que extrapola inclusive os limites físicos desse patrimônio. A seguir, de maneira sintética, é apresentada

³² Não foi localizado, no site do Mercosul, a notícia sobre o reconhecimento da *Tava*. Assim, utilizou-se o descrito no site do CRESPIAL - *Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina*, ligado à UNESCO e parceiro do IPHAN em diferentes trabalhos na região das Missões. <http://crespial.org/a-tava-lugar-de-referencia-do-povo-guarani-e-patrimonio-cultural-do-mercosul-brasil/>

um quadro com o processo de patrimonialização do bem e os valores a ele atribuídos³³ em cada contexto.

ANO	PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO	ÓRGÃO/ INSTITUIÇÃO	VALOR ATRIBUÍDO
2018	<i>Tava</i> - Lugar de Referência para o povo <i>Guarani</i> - Patrimônio Cultural do Mercosul	MERCOSUL	“lugar de referência”
2015	Missões Jesuítas <i>Guarani-Mbyá</i> , Moxos e Chiquitos - Patrimônio Cultural do Mercosul	MERCOSUL	valores etnográficos, históricos, paisagísticos, urbanísticos, arquitetônicos, artísticos e arqueológicos
2014	<i>Tava</i> - Lugar de Referência para o povo <i>Guarani</i> – Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil	IPHAN	“lugar de referência”
	Língua <i>Guarani Mbyá</i> - Referência Cultural Brasileira - Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL	IPHAN	identidade, ação e memória dos diferentes grupos
1983	São Miguel das Missões (Brasil) e <i>San Ignacio Miní</i> , Santa Ana, <i>Nuestra Señora de Loreto</i> e <i>Santa María La Mayor</i> (Argentina) - Patrimônio Mundial	UNESCO	“excepcional valor universal” – “valor arquitetônico e por serem importantes exemplares da atuação da Companhia de Jesus nas terras sul americanas”
1970	Tombamento de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau - Livro Histórico	IPHAN	Histórico
1938	Tombamento de Casa de Material Missioneiro - Livro de Belas Artes (demolida)	IPHAN	Belas Artes
	Tombamento de São Miguel Arcanjo pelo IPHAN - Livro de Belas Artes	IPHAN	Belas Artes
1922	Ruínas de São Miguel das Missões - “Lugar Histórico”	Gov. Estado RS	“lugar histórico”

Quadro 01: Processos de patrimonialização da Região das Missões.

Fonte: Elaborada pela autora. 2021.

³³ Os valores atribuídos aqui identificado se baseiam em qual livro o bem foi inscrito/registrado. Na falta dessa informação, é citado o valor destacado na descrição do bem pela Instituição ou órgão responsável. Devido à pandemia de COVID-19, que impossibilitou a pesquisa física no acervo, os dados aqui apresentados são do site oficial de cada Instituição.

Os valores e as narrativas sobre o mesmo lugar, sobre o mesmo bem³⁴, são diferentes e, por serem diferentes, requerem análise. É necessário considerar os valores atribuídos ao patrimônio cultural e às políticas de preservação. Só então esses significados, sejam eles da narrativa do “colonizador” ou da narrativa do “colonizado” poderão ser efetivamente valorizados. Embora sejam atores importantes dentro do processo histórico, os valores atribuídos pelos *Guarani* a esse lugar foram considerados apenas há pouco tempo, como destacam Seixas e Marzulo (2021:55):

Se as Missões fazem parte da identidade brasileira, sendo construídas no imaginário como um dos pilares da formação nacional, desde a narrativa oficial estabelecida e difundida pela literatura e artes que indica, e reconhece recentemente, a presença fundante dos *Guarani-Mbyá* como parte formadora do bem patrimonializado Missões, só o faz em função da relação com o projeto colonial europeu e sob o jugo deste. Isso parece ser uma inversão, pois a relevância da implantação das Reduções Jesuíticas para o projeto colonial consiste na força do significado pré-colonial da presença do povo *Guarani-Mbyá* no continente, razão pela qual as Missões e seu projeto evangelizador foram realizados em território *Guarani*. Todavia, a valorização patrimonial ocorre quase um século depois dos primeiros processos de patrimonialização das edificações jesuíticas.

A partir dessa breve descrição sobre os processos de valorização das Missões, é possível identificar diferentes valores atribuídos ao longo da trajetória. A leitura sobre esse bem é mutável: o que foi entendido inicialmente como Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, valorizado no contexto de “belas artes”, pela monumentalidade e excepcionalidade das ruínas da igreja barroca do século XVII construída por indígenas com a orientação de padres jesuítas durante o projeto de evangelização das coroas espanhola e portuguesa em terras sul-americanas, apresenta outro significado quando a narrativa é vista sob outra perspectiva. Para os *Guarani-Mbyá* o valor é mais identitário e mais subjetivo – trata-se de um “lugar de referência”, fundamental para a sua existência.

Do monumento à referência cultural: os valores atribuídos na trajetória brasileira

A forma de atribuição oficial de valor aos bens ocorre através da patrimonialização, processo pelo qual o bem passa a ser considerado como um patrimônio a ser mantido, protegido, conservado, ou seja, adquire um valor oficial e institucionalizado – o bem cultural torna-se patrimônio cultural. Essa atribuição de valor ocorre, para Márcia Sant’Anna (1995), pelas mais diferentes razões, porém todas com

³⁴ Cabe aqui a reflexão e o exercício de tensionamento se se trata efetivamente do “mesmo bem”. Trata-se no mesmo local, talvez do mesmo “suporte físico” - as ruínas -, mas com certeza não se trata nem do mesmo valor e nem do mesmo processo patrimonial. A dimensão imaterial é nitidamente diferente, mas a própria dimensão material das pedras possui valores diferentes - resquícios de uma antiga Igreja e/ou parte da corporalidade ancestral; pode-se dizer então que se trata do mesmo bem, do mesmo patrimônio? Reflexões que devem ser apresentadas, tensionadas e rediscutidas.

uma clara função de estratégia de poder e/ou resistência e com o mesmo objetivo da produção de significados. Meira (2020) também indica a questão do patrimônio e sua relação com a atribuição de valores. Leonardo Castriota (2009: 15) destaca que

as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: em última instância a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural. (...) os valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais e imateriais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar como conservar – que tipo de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos para as gerações futuras.

Observa-se que essa atribuição de valor indica uma seleção do que é considerado ou não importante para um grupo, um povo, uma identidade, uma nação. Para Dominique Poulout (2011:475), o patrimônio é resultante de “reconstruções com base na classificação e na escolha”, assim como de “esquecimentos seletivos e comemorações voluntaristas”. Gonçalves (2007: 244) indica que “os patrimônios sempre prometem algo mais do que eles mesmos: prometem a experiência de realidade ausente, distante, e que nos acena por meio de seus fragmentos.” O mesmo autor explora a ideia de “retórica da perda”, uma relação de valorização e de perda na qual a proteção do patrimônio foi sendo justificada pelo medo de perder obras e monumentos que, no caso, representassem a identidade nacional (Gonçalves, 2002). Segundo Regina Abreu (2007), essa “retórica da perda” relaciona-se “a concepção de que algo se estava perdendo e de que era preciso um esforço para salvar do esquecimento referências importantes para a construção da memória social e, com especial ênfase, da memória nacional (Abreu, 2007: 270). Gonçalves (2002: 24) enfatiza essa relação existente entre a nação, a narrativa, a memória e o patrimônio, afirmando que “no plano das narrativas nacionais, uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio”. E o autor segue indicando que “para que uma nação possa existir, enquanto entidade individualizada e independente, ela tem que identificar e apropriar-se do que já é sua propriedade: seu patrimônio cultural” (Gonçalves, 2002:33).

O que preservar, o que é escolhido (e, conseqüentemente, o que é colocado à margem, esquecido), vai formar a narrativa de certo período. É o que será entendido como verdade, como história oficial e como dado a ser lembrado. O patrimônio, enquanto bens valorizados, traz à memória, ou seja, instaura no presente questões identitárias de um percurso histórico, um processo de identificação e valorização para gerações futuras de uma parte da história, da herança cultural, da identidade (Gutiérrez, 1989). Márcia Chuva (2012: 73) indica que “patrimonializar é selecionar um bem cultural (objetos e práticas)

por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade.” Isto não significa, entretanto, que os valores não possam e não devam ser objeto de reflexão e crítica sob outra perspectiva. Considerados dentro de um contexto e seguindo determinados valores, alguns bens patrimonializados, ou monumentos, atualmente são questionados, destruídos e vandalizados (“vandalizado” para alguns, “ressignificado” para outros³⁵).

Diferentes autores discutem a noção de patrimônio e o seu surgimento enquanto conceito e política³⁶. A ideia de patrimônio e preservação se delinea, entretanto, de maneira mais clara, na França, no período imediatamente posterior à Revolução Francesa (1789 - 1799), quando o Estado passou a se preocupar, ainda que de maneira contraditória, com a preservação de alguns monumentos e edificações. É o momento em que as antiguidades são consideradas, pela primeira vez, como um bem coletivo de interesse de uma nação e passam a ser objeto de políticas públicas oficiais e centralizadas (Meira, 2004: 2). Sant’Anna (1995:2) afirma que

com a Revolução Francesa, o novo Estado que se organiza é o primeiro na história a instalar um aparelho administrativo que, embora confusa e contraditoriamente, procede ao recolhimento e ao inventário de toda uma produção artística do passado e de vários exemplares de sua arquitetura.

O patrimônio assim serve para o estabelecimento de uma identificação nacional. Lima Filho e Abreu (2007), refletindo sobre a ideia de “objetificação cultural”, de Richard Handler, indicam que “o patrimônio seria, portanto, o lugar em que agentes estatais especialmente treinados coletariam fragmentos de tradições culturais diversas para reuni-los num conjunto artificialmente criado voltado para representar a idéia de uma totalidade cultural artificialmente criada expressa pela idéia de nação.” (p. 23).

Em âmbito nacional, a preocupação com as questões da preservação do patrimônio nacional teve como marco político a Revolução de 1930 (Sant’Anna, 1995:79). Até esse momento, o contexto político, dominado pela oligarquia cafeeira, caracterizava-se pela descentralização do poder e pela autonomia dos estados, além de uma economia fechada e baseada na produção e no comércio do café. Com a Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas, as políticas nacionais, antes voltadas apenas para o setor cafeeiro, passam a ser abertas a outros setores, além de ações que

³⁵ Entre outros, cabe lembrar as discussões e ações ocorridas principalmente nessa última década sobre o significado de estátuas e monumentos de “conquistadores”, “desbravadores”, “descobridores”, como por exemplo, personagens históricos como Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Borba Gato etc.

³⁶ Ressalte-se os trabalhos de André Chastel, Dominique Poulot, Françoise Choay, Pierre Nora, Antônio Augusto Arantes, José Reginaldo Gonçalves; Gilberto Velho, Maria Cecília Londres da Fonseca, Márcia Chuva, Márcia Sant’Anna, Regina Abreu; entre outros.

visassem o crescimento do aparelho estatal, uma administração centralizada e de intervenções em diferentes setores da economia e da sociedade brasileira. Segundo Julia Pereira (2012), Vargas identificava que a constituição de um Estado forte, moderno, nacionalista e centralizado eram fundamentais para a superação da crise econômica e política, e que a preservação de bens culturais era uma estratégia:

a preservação de bens culturais pelo Estado atendia, portanto, a dois grandes e complexos objetivos: elevar o Brasil ao rol das civilizações modernas que protegem seus testemunhos da história e da arte (...), e construir, através desses bens, elos histórico-afetivos na sociedade. A criação do SPHAN na década de 1930, portanto, não foi um ato isolado nem deslocado, mas uma peça importante no conjunto de atos políticos implementados pelo projeto ideológico de construção simbólica da nação. (Pereira, 2012:162)

Outro ponto importante para a preservação patrimonial brasileira é a mudança na Constituição Federal, em 1934³⁷, em relação à propriedade privada, que passa a ter um caráter social e coletivo. Esse fato será fundamental para o Decreto - lei nº 25/1937, uma vez que a plenitude do direito de propriedade passa a dar lugar ao princípio de que o direito privado sobre ela se subordina ao seu interesse social (Seixas, 2014:16). A partir disso, o Estado passou a poder agir na propriedade privada³⁸. Desse modo, a atribuição pelo Estado de um valor (cultural, histórico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, arqueológico, documental) a um bem privado, garante que o Estado passe a regular a sua preservação, pois o bem adquire importância como parte integrante e fundamental da vida social (Sant'Anna, 1995:83) e a ideia de propriedade passa a ter um outro valor e uma outra função – a social e, possivelmente, a patrimonial, o que altera a lógica de intervenção do Estado e permite uma nova noção sobre patrimônio. Sant'Anna (1995: 79) aponta que essas mudanças políticas e legais - ou seja, a centralização e o crescimento do aparelho estatal e o entendimento sobre a função social da propriedade privada -, juntamente com o contexto intelectual nacional da época, de maneira especial a Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo, refletem-se diretamente no campo da cultura brasileira.

Nesse contexto político e cultural, ocorre a institucionalização das práticas de preservação, oficializada com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje denominado IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 13 de janeiro de 1937 e partir da aprovação do Decreto - lei nº 25,

³⁷ Segundo a Constituição Federal de 1891, o direito de propriedade era inviolável e individual. Já na Constituição Federal de 1934, no Artigo 113, é destacado a função social e coletiva da propriedade.

³⁸ Segundo Sonia Rabello (2009, p. 26), a propriedade com função social da apresenta duas faces: uma face pública e uma privada, pois pertence ao mesmo tempo ao particular e à sociedade.

de 30 de novembro de 1937³⁹ que organiza a proteção do patrimônio. Esse Decreto traz, no seu Artigo 1º, a definição do que é patrimônio:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Brasil,1937)

Nesse momento inicial da preservação, o foco era o valor excepcional, os fatos memoráveis que compunham, dentro do discurso da época, a identidade brasileira. O patrimônio, então adjetivado como histórico e artístico⁴⁰, foi identificado pelo corpo técnico ligado ao IPHAN e que era formado por intelectuais que, segundo Sant'Anna (1995:117), possuíam como traço comum a

(...) crença na possibilidade de emancipação cultural da nação brasileira mediante a intervenção estatal neste campo e a firme convicção de estar corretamente instrumentalizado para interpretar o caráter nacional e identificar os objetos que o representariam.

O objetivo era conhecer e valorizar a “identidade nacional”, o “patrimônio brasileiro”. Para isso, o reconhecimento coube aos bens materiais que melhor expressassem o que era “ser brasileiro”. Lima Filho e Abreu (2007), ao refletirem sobre as pesquisas e trabalhos de Antônio Augusto Arantes e José Reginaldo Gonçalves também indicam a questão da fabricação da memória e da identidade Nacional, de “estratégias de construção ou de invenção de bens considerados dignos para representar a memória e a identidade nacionais e as justificativas retóricas que passaram a ser introjetadas pelos agentes do patrimônio e pela sociedade brasileira.” (Lima Filho e Abreu,2007:23)

Segundo Chuva (2009:31), a década de 1930 foi a gênese e a consagração da noção de ‘patrimônio nacional’, buscando essa identidade nacional. Entre 1937 e 1946, concentram-se mais de 40% de todo o patrimônio tombado até o começo do século XXI. Para a autora, a instituição federal de patrimônio “identificou a ‘porção edificada’ do Brasil, ajudando assim a ‘edificar’ o País.”. Segundo Fonseca (1997:98-99), nesses primórdios da preservação patrimonial, o foco foi a busca da identidade nacional com a “descoberta” de estilos brasileiros como o colonial luso português, o barroco, em Minas Gerais inicialmente, e o modernista. Isso identificaria um país moderno e uma herança

³⁹ BRASIL. Decreto – lei nº 25. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 30 de novembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acessado em Dezembro 2012.

⁴⁰ Essa denominação de “patrimônio histórico e artístico”, a partir da Constituição Federal de 1988, passa a ser entendido como “cultural”, indicando uma mudança de valores e entendimento sobre a temática, a ser apresentado a seguir.

européia e garantiria ao Brasil “um espaço na história universal das civilizações”. (Pereira, 2012:165).

Chuva (2009: 48) apresenta o que foi designado como “patrimônio histórico e artístico nacional” - “aquilo que foi classificado como *arquitetura tradicional do período colonial*, representante ‘genuína’ das origens da nação”, sempre visando à construção desse Estado Brasileiro. A autora afirma, remetendo a questão das Missões, que:

(...) poder-se-ia pensar que a “Guerra Guaranítica” contra os jesuítas, nas missões do sul da Colônia, e a Inconfidência Mineira, tratada então como divisor de águas das origens da nacionalidade pela historiografia tradicional, atenderam à necessidade de reafirmação do fratricídio, visando a construção de uma genealogia da nação brasileira. (Chuva, 2009: 48)

O campo patrimonial é uma arena de disputas e de construção de valores (Lima Filho e Abreu, 2007: 24). Os valores buscados e identificados visavam à unidade nacional e à formação de um país forte e moderno, mas que valorizasse seu passado e sua herança europeia. Tratava-se de valores que permitissem a narrativa da formação nacional, de construção e/ou afirmação de uma identidade brasileira em que o patrimônio desempenhava um papel fundamental como instrumento de construção dessa narrativa.

Fonseca (1997: 85) aponta que durante a fase inicial da proteção, a chamada “Fase Heroica”, que se inicia com a criação do SPHAN e se estende até aproximadamente a década de 1970, os assuntos legais e institucionais sobre o tema do patrimônio e as questões de valores e conceito como excepcionalidade, visibilidade, entorno, eram dilatados, sem uma definição clara. A autora mostra como esses conceitos amplos e genéricos dificultaram os processos de valorização e o próprio entendimento sobre o que deveria ou não ser considerado Patrimônio Nacional, o que deveria ser tombado – ou seja, declarado oficialmente como patrimônio nacional e inscrito em um dos livros do Tombo.

Segundo o Decreto-lei nº 25/37, o bem para ser patrimônio nacional deve ser inscrito segundo o(s) valor(es) a ele(s) atribuído(s), em um ou mais dos quatro Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Esses livros, ou esses valores definidos como importantes para que um bem seja considerado patrimônio, criados pelo decreto lei de 1937 são válidos ainda hoje. Através da descrição dos livros é possível identificar, na dimensão material, os valores que definem o que é patrimônio - Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes; Artes Aplicadas. Interessante também ver que a própria ideia do que sejam esses valores é alterada ao longo do tempo. O valor histórico, por exemplo, antes relacionado a fatos

memoráveis e a “heróis nacionais”, normalmente ligados a um passado colonial (e escravocrata), atualmente já adquire outra dimensão. O valor de “Belas artes”, antes indicado apenas como “arte erudita”, já é indicada como de caráter “não utilitário”, ampliando o entendimento e a abrangência⁴¹.

No segundo momento da preservação, identificado por Fonseca (1997) como “Fase Moderna” e iniciada na década de 1970, houve outro enfoque sobre o que deveria ser considerado Patrimônio Nacional, legitimado pela própria visão de Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN entre os anos 1979 e 1982. Magalhães instituiu uma nova ideia de patrimônio, entendendo que “mudando o necessário e conservando o imprescindível, talvez possamos preservar a memória nacional – até aquela feita em barro pelas mãos dos mais humildes e anônimos artesãos” (Magalhães *apud* Fonseca, 1997: 147). Suas ideias e ações levaram a uma mudança dos valores àquela época recorrentes no IPHAN, destacando seu conceito amplo de bem cultural e sua formulação de que o melhor guardião do patrimônio é a comunidade que com ele mais de perto se relaciona. Abreu (2007) identifica também, nesse contexto, a presença do novo paradigma do conceito antropológico de cultura⁴² e como isso se fazer presente em outros contextos, como no campo das artes, entendida como uma manifestação cultural e, assim, plural. Isso influencia diretamente a questão patrimonial.

Essa ampliação no conceito de cultura, e, portanto, de patrimônio cultural vai “oxigenar” o campo – “evidentemente, não se tratava de substituir a política de proteção urbanística, paisagística e arquitetônica iniciada pelo antigo SPHAN, mas de trazer novos elementos acompanhando os debates intelectuais internacionais” (Abreu, 2007:274-275). Dentro dessa noção ampliada de patrimônio, Aloísio propunha a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, que deveria reunir três áreas: a do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a do Centro Nacional de Referências Culturais e o Programa das Cidades Históricas.

⁴¹ Embora a mudança dos valores e do próprio entendimento sobre cada conceito seja um tema importante para aprofundamento, incluindo uma análise dos bens tombados dentro de cada contexto, esse não será o foco desse artigo.

⁴² Abreu (2007) chama a atenção para o movimento pós segunda guerra (ao longo da segunda metade do século XX) sobre o conceito antropológico de cultura, do qual faz parte inclusive a criação da UNESCO em 1947 e a estimulação, por parte desse órgão, da criação de comissões nacionais de folclore. Para essa autora, é o contexto da “Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, posteriormente Instituto Nacional de Folclore, e hoje Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, muito atuante durante os anos de 1947 e 1964 e que estimulou a produção de importantes trabalhos sobre lendas, costumes, mitos, rituais, festas, celebrações, saberes e modos de fazer artesanais, culinária, música, arte e cultura popular” (Abreu, 2007:271).

Esse contexto poderia ser pensando dentro daquilo que Sandra Pesavento (2003) trata como parte da chamada “virada cultural”.

A dinâmica social se tornava mais complexa com a entrada em cena de novos grupos, portadores de novas questões e interesses. Os modelos correntes de análise não davam mais conta, diante da diversidade social, das novas modalidades de fazer política, das renovadas surpresas e estratégias da economia mundial e, sobretudo, da aparente escapada de determinadas instâncias da realidade – como a cultura, ou os meios de comunicação de massa – aos marcos racionais e de logicidade. (Pesavento, 2003: 9)

Momento em que o “pensar a cultura” significava pensar “um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (Pesavento, 2003:15). Observa-se que na temática patrimonial há essa preocupação também e diversos autores apontam isso (Chuva, 2009; Fonseca, 2009; Sant’Anna, 1995). Assim, novas narrativas e novas representações sobre o que era considerado patrimônio nacional estava em discussão. Trata-se talvez de pensar “as sensibilidades de um outro tempo e de um outro no tempo” (Pesavento, 2007:15).

Nessa nova fase, caracterizada por um novo panorama social, político e econômico que antecedeu a abertura política após a ditadura militar no Brasil, novos valores e ideias ganham destaque. As políticas de preservação, até então conduzidas por intelectuais com perfis tradicionais e que identificavam os valores das camadas cultas da sociedade, começam a ser questionadas (Fonseca, 1997).

Chuva (2012: 73) também indica essa mudança importante nos anos 1970, em que a temática patrimonial passa a ser vista em um contexto mais amplo em que as identidades locais e as singularidades extrapolassem a questão nacional ao mesmo tempo em que estivessem contidas nela. Nesse momento, a população e a sociedade civil, além do saber-fazer mais “artesanal”, ganham destaque, assim como “novos atores sociais” como indígenas, negros e outras minorias, que passam a ter seu patrimônio valorizado e reconhecido por seu “caráter nacional”⁴³. De maneira mais institucionalizada, há um avanço na preocupação com esses novos atores sociais que passavam a ser mais visíveis: aqueles que não necessariamente eram identificados pelas edificações icônicas luso-brasileiras ou modernistas. Abria-se, assim, um novo entendimento sobre a identidade cultural brasileira. Entretanto, embora houvesse essa indicação de ampliação de conceitos e algumas ações muito importantes tivessem sido concretizadas, como a criação do citado Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), no corpo técnico do IPHAN permanecia

⁴³ Segundo Fonseca (1997.p.148 – 175), através desse contexto político e econômico do Brasil da época pós Estado Novo, do governo JK, do desenvolvimentismo e industrialização, e, depois do Golpe Militar, é possível relacionar cada período a mudanças na visão e na valorização da cultura e dos órgãos e instituições do país.

a concepção de arquitetos urbanistas com o foco nos bens materiais e com uma visão eurocêntrica da preservação.

Com a valorização de “novos” patrimônios e participação mais ativa da sociedade civil que o IPHAN e outros órgãos de cultura estabelecem a política de preservação do patrimônio cultural adotada na década de 80. Tem-se o início da modernização do aparelho estatal, com investimentos voltados para o desenvolvimento de “cidades turísticas”, questão que mereceria tratamento particular⁴⁴. Principalmente a partir de 1980, com o crescimento das cidades e o fortalecimento das organizações civis, o interesse pela definição de normas e de planejamento urbano para as cidades ampliou-se, com a inclusão das questões de preservação em planos diretores urbanos, com a criação de dispositivos de preservação em leis de ordenamento e uso do solo e com a proposição de instrumentos para uma reforma urbana (Sant’Anna: 2017).

Outra mudança importante no campo patrimonial está na Constituição Federal de 1988, ao ampliar, no artigo 216, o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25/37, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...) (Brasil, 1988)

Essa alteração de nomenclatura de “Patrimônio Histórico e Artístico” para “Patrimônio Cultural” é extremamente importante, pois amplia oficialmente os valores a serem considerados como patrimônio nacional⁴⁵, incluindo o chamado “imaterial”.

Nos anos de 1990, ocorre o período de “revitalização” dos centros urbanos e o envolvimento mais acentuado com o turismo (Meira, 2004; Sant’Anna, 2017), o que acaba por provocar um processo de “artificialização” (Sant’Anna, 2017). Os bens culturais são tratados como objetos de valor turístico, podendo reverter em dinamismo econômico para a cidade. Cultura e patrimônio se tornam ativos estratégicos em projetos de refuncionalização, enquanto recurso de produção de valor econômico urbano e, logo, de competição entre cidades pela articulação de bens culturais patrimonializados ao mercado turístico e fundiário-imobiliário. Cenário que se altera a partir dos anos 2000, quando novos instrumentos e ações do Estado são aplicados no sentido de propor atuação

⁴⁴ Destaca-se o trabalho de Marcia Sant’Anna (2017), que trata, entre outros, sobre a temática da revitalização e turismo em patrimônio.

⁴⁵ Esse fato vai permitir, nos anos 2000, um alargamento sobre a ideia de patrimônio, com o Decreto 3551/2000 e os diferentes Inventários de referências culturais (INRC).

direta na dinâmica das cidades de maneira mais integrada e baseada nos patrimônios culturais (Figueiredo, 2014). Em 2000, o Decreto nº3551 “Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial” (Brasil, 2000). Esse Decreto⁴⁶ legisla sobre o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial já estabelecido na Constituição Brasileira de 1988, normatizando a dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Trata-se da oficialização dos bens de valor imaterial como patrimônio nacional e cria a necessidade de o executivo constituir políticas públicas específicas para a sua valorização.

Os bens registrados como patrimônio imaterial possuem envolvimento direto da população, na medida em que os grupos detentores das práticas são parte integrante de todo o processo. Trata-se de um instrumento de preservação mais amplo e participativo do que o tombamento. O Registro é

aplicado àqueles bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. (IPHAN, 2020, s.p)

Os Livros de Registro pré-estabelecidos são quatro: dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares, podendo ser abertos outros livros para a inscrição de bens que constituam o patrimônio cultural brasileiro, mas que não se enquadrem nos livros já existentes. Isso demonstra o próprio dinamismo da temática.

Dentro desse contexto de ampliação da ideia de patrimônio cultural, em 2010 foi instituído o Decreto nº. 7.387, que trata do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). O inventário é utilizado para “reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (IPHAN, 2020, s.p). Observa-se a expansão da ideia de patrimônio e dos valores a serem considerados – não apenas uma única identidade, língua e forma de expressão, mas, sim, outras possíveis que também façam parte da identidade brasileira, valorizando não necessariamente a unidade, mas, sobretudo, a diversidade.

⁴⁶ Cabe ressaltar que diferentes instituições foram fundamentais nesse debate, além do IPHAN, como a Coordenação de Folclore e de Cultura Popular ligada à Funarte, com grande participação de antropólogos (Lima Filho e Abreu, 2007, p.35)

Essa mudança de “uma unidade para uma diversidade”, ou seja, uma alteração nos valores atribuídos está relacionada à definição do que é considerado patrimônio, como apresenta Figueiredo (2014: 29):

O progressivo alargamento daquilo que é considerado objeto de interesse para a preservação, que passou do monumento, como elemento destacado (natural ou construído), aos conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas reconhecidos em seus valores estéticos e históricos – e, recentemente, aos patrimônios imateriais e à paisagem em diversas escalas territoriais (unidades intraurbanas e sistemas regionais de paisagem), agregando outros valores rumo ao reconhecimento da diversidade cultural – cria novos problemas e, portanto, novos desafios à gestão.

A ampliação desse reconhecimento pressupõe tensionar conhecimentos e premissas anteriormente estabelecidas, e reavaliar temáticas, conceitos e valores. Considerando que objetos, sujeitos e contexto estão em constante transformação, esses valores e significados atribuídos necessitam de sistemática e contínua análise. Ulpiano Bezerra de Menezes (2012) chama a atenção à necessidade de se “manter permanentemente uma atitude crítica em relação a certas premissas que devem orientar a atividade no campo do patrimônio cultural e que acabam por se desgastar, se banalizar ou se perder em desvios” (2012: 26). Gilberto Velho (2007) aponta a complexidade do tema dentro das políticas públicas “estamos lidando, ao examinarmos as políticas públicas de patrimônio, com complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos heterogêneos e contraditórios” (Velho, 2007, p.258).

Além dos valores em si, observa-se uma mudança em quem define os valores e conseqüentemente o que é patrimônio. Essa entrada em cena de outros atores é recente. Não são mais apenas aqueles que Fonseca (1997) identificava como os “homens da cultura”, que atuavam como porta-vozes das massas. Os praticantes e assim definidores dos valores culturais prescindem de tais “homens da cultura” como porta-vozes, até mesmo porque não se entendem como parte de uma hipotética massa.

Considerações finais

A partir do caso *Tava* e dos *Guarani* em sua relação com o patrimônio das Missões, estabelece-se uma reconstituição do processo histórico-normativo de ampliação da ideia de patrimônio cuja incidência contemporânea se desloca além do reconhecimento da imaterialidade do valor cultural implicando em uma necessária análise dos atores e das atrizes do processo de reconhecimento patrimonial que, necessariamente, implica em uma disputa sobre a ideia de cultura nacional e, assim, da própria brasilidade.

Em termos acadêmico-científico, constata-se um movimento que parte da patrimonialização fundada na ideia de Belas Artes, depois artístico-histórico, ou seja, uma abordagem disciplinar, para uma abordagem interdisciplinar incluindo as humanidades em geral, em particular as ciências sociais ao estabelecer a dimensão imaterial como patrimonial; até uma perspectiva transdisciplinar através do reconhecimento de saberes populares e tradicionais como legítimos para a definição da relevância de valorização patrimonial.

Se lá no início do século XX era a constituição de um amálgama identitário nacional o sentido da patrimonialização de pedra e cal; na virada do século XX para o século XXI se reconhece a potência dos bens imateriais na constituição da cultura nacional e a presença de outro/as atores e atrizes dentro de uma ampliação da própria ideia de cultura; entende-se absolutamente relevante para a constituição de um projeto societário brasileiro as disputas em curso na terceira década do século XXI envolvendo atores e atrizes até pouco tempo invisibilizada/os por políticas e práticas institucionais que buscam seu reconhecimento como constituidores da cultura brasileira.

Atores e atrizes que na medida em que são capazes de atuar em seu próprio nome disputam o reconhecimento como construtores da cultura nacional sejam mulheres, povos originários, indígenas, negros, grupos de diferentes matizes culturais, trabalhadores, moradores, jovens, idosos, crianças, LGBTQIA+, imigrantes e demais agrupamentos.

Ação de agrupamentos constitutivos da sociedade brasileira que ao expandir a noção de cultura além daquela de origem eurocêntrica e dos agrupamentos dominantes superam ao estritamente humano terminando através de suas práticas culturais por estabelecerem o problema da expansão de direitos ao não e/ou transhumano, transcendendo a noção antropocêntrica de cultura ao estabelecer outros domínios como participantes da vida, saindo da armadilha do entendimento da circunscrição da cultura ao domínio do estritamente humano ou como se a humanidade fosse a única capaz de produzir expressão simbólica.

Atores e atrizes como os *Guarani* das Missões que alargam de modo justo os limites da brasilidade ao anunciarem sua identificação como pertencentes à cultura brasileira ao mesmo tempo e de modo inseparável inserindo sua própria cultura no amálgama de identificação a um projeto societário de brasilidade e, logo, com direito ao reconhecimento enquanto parte constitutiva da sociedade brasileira. Estatuto de pertencimento que implicará na inserção na cultura brasileira de sua cosmovisão com

prováveis impactos em termos epistêmico-ontológicos exigindo um entendimento da cultura brasileira como pluriverso (Kopenawa e Albert, 2015; Escobar, 2015; Santos, 2019).

Lutas por direito à brasilidade que tem como efeito uma inserção não-subordinada em projeto de Brasil, a partir do estabelecimento de sua cultura como patrimônio cultural brasileiro. Trata-se de um campo em disputa com valores tradicionais e populares sendo reconhecidos. Sujeitos em contexto de transformação das valorações culturais.

Eis aqui a potência e relevância das lutas patrimoniais no presente, em particular, no caso brasileiro.

Referências

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova Ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, BELTRÃO, Jane Felipe, ECKERT, Cornelia (orgs) *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em outubro 2021.

BRASIL. *Decreto – lei nº 25*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acessado em outubro 2021.

BRASIL. *Decreto N° 3551*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm> Acessado em outubro 2021.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética w política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X,; FAPERJ, 2012.

COMISSÃO MISSÕES. *Uma história de 300 anos - Missões*, s.l. 1990

CRESPIAL. 2021. *Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina*. Disponível em <<http://crespial.org/pt-br/>> Acessado em outubro 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociología de la imagen: ensayos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

IBRAM. 2021. Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em <<https://www.gov.br/museus/pt-br>>. Acessado em outubro 2021.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”*. *Cuadernos de Antropología Social* no. 41, Buenos Aires: July, 2015.

FIGUEIREDO, Vanessa Bello. *Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. 2014. FAUUSP, [s. l.], 2014.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, BELTRÃO, Jane Felipe, ECKERT, Cornelia (orgs) *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racism and sexism in Brazilian culture. *Women's Studies Quarterly*; Fall/Winter2021, Vol. 49, p371-394, 23p.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Portaria N° 92*, de 5 de julho de 2012.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Dossiê de Registro / IPHAN - TAVA - Lugar de Referência para os Guarani*, 2014a. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_da_Tava_Lugar_de_Referencia_para_o_Povo_Guarani\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_da_Tava_Lugar_de_Referencia_para_o_Povo_Guarani(1).pdf)> Acessado em outubro 2020.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Parecer nº85/2014 - DPI, 2014b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tava_miri_parecer_DPI.pdf> Acessado em outubro 2020.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 2020. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acessado em outubro 2020.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tava: lugar de referência para o povo guarani : *Dossiê de candidatura : Patrimônio Cultural do Mercosul*. Brasília, DF : IPHAN, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação* - Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira e ABREU, Regina. A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, BELTRÃO, Jane Felipe, ECKERT, Cornelia (orgs) *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*: São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRA, Ana Lúcia G. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MEIRA, Ana Lúcia G. *Das pedras aos lambrequins: a preservação do patrimônio arquitetônico e urbano no Rio Grande do Sul do século XX*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2019.

MEIRA, Ana Lúcia G. SILVA, Leonardo Alberto Cora. Remanescentes das Missões Jesuítico-Guaraní no Rio Grande do Sul: da pedra e cal à paisagem cultural. *Em Questão*, Porto Alegre, v 26, p. 68-92, Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, 2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.” In: SUTTI, Weber (coord.). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*. Brasília: IPHAN, 2012.

PARÁ YXAPY, Patricia Ferreira. *Um Dedo de Prosa*. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KxjCeiwFLFo>>. Acessado em 29 de abr. de 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEREIRA, Julia. O tombamento: de instrumento a processo de construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X,: FAPERJ, 2012.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. *Varia historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p.471-480, jul/dez 2011.

SANT’ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à cidade – documento - A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937 - 1990)*. 1995. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANT'ANNA, Marcia. *A cidade- atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil nos anos 1990*. Salvador: FAUFBA, EDUFBA-PPG-AU, 2017

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty. *Gestão das áreas de entorno de bens tombados: estudos de caso nas cidades gaúchas de Piratini e Novo Hamburgo*. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio De Janeiro, 2014.

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty; HAHN, Eduardo. Transformação da Paisagem Missioneira: O caso do Parque Histórico Nacional das Missões, no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL, 1, 2017, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2017.

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty; MARZULO, Eber Pires. Emergência Guarani- Mbyá nas Missões Jesuíticas. Novos atores no Patrimônio Cultural? *Em Questão*, Porto Alegre, v. 26, p. 43-67, Edição Especial Dossiê Patrimônio e Culturas Tradicionais, 2020.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitetura latino-americana*. São Paulo: Nobel, 1989.

THOMPSON, Analucia. A composição do Dicionário. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014. (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1028>)

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, BELTRÃO, Jane Felipe, ECKERT, Cornelia (orgs) *Antropologia e patrimônio cultural : diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau : Nova Letra, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editores, 2018.